

Sumário

Apresentação, xvii

Prefácio, xix

Nota à 3ª edição, xxi

1 Introdução ao processo penal, 1

- 1.1 O Direito de punir (*jus puniendi*) (latim: *jus* = direito; *puniendi*: punição), 1
- 1.2 A pena e o direito de liberdade, 3
- 1.3 A lide penal, 4
- 1.4 Conceito de processo, 5
- 1.5 Natureza jurídica do Direito Processual Penal, 6
 - 1.5.1 Relação com as demais ciências, 7
- 1.6 Conteúdo e conceito do Direito Processual Penal, 8
- 1.7 Autonomia do Direito Processual Penal, 9
- 1.8 Fontes das normas processuais penais, 9
- 1.9 Aplicação e interpretação da lei processual penal, 13
 - 1.9.1 Integração do processo penal, 13
 - 1.9.2 Hermenêutica processual penal, 15
 - 1.9.3 Modalidades (formas) de interpretação, 15
- 1.10 Sistemas processuais penais, 20
 - 1.10.1 Sistema inquisitório ou inquisitivo, 21
 - 1.10.2 Sistema acusatório, 21
 - 1.10.3 Sistema misto, 22
 - 1.10.4 Processo penal brasileiro, 23

2 Norma processual penal no tempo e no espaço, 24

- 2.1 Conceito e classificações da norma processual penal, 24
 - 2.1.1 Elementos da norma processual penal, 24
 - 2.1.2 Espécies de normas processuais penais, 25
- 2.2 Caracteres da norma processual penal, 26
 - 2.2.1 Norma processual penal no tempo, 26
 - 2.2.2 Norma processual no espaço, 32

3 Princípios do processo penal, 35

- 3.1 Conceito, 35
- 3.2 A Constituição e o processo penal, 35
- 3.3 Princípios processuais penais, 37
- 3.4 Garantias constitucionais, 42

4 Inquérito policial, 46

- 4.1 Persecução penal, 46
 - 4.1.1 Conceito de *persecução*, 46
 - 4.1.2 Polícia judiciária, 49
- 4.2 Inquérito Policial, 50
 - 4.2.1 Finalidade do inquérito policial, 51
 - 4.2.2 Inquéritos extrapoliciais, 51
 - 4.2.3 Atribuição do inquérito policial, 51
 - 4.2.4 Dispensabilidade do inquérito policial, 52
 - 4.2.5 Natureza do inquérito policial (*características*), 52
 - 4.2.6 Incomunicabilidade do indiciado, 54
 - 4.2.7 *Notitia criminis*, 54
 - 4.2.8 Início do inquérito policial, 55
 - 4.2.9 Prazos, relatório e pedido de diligências, 60
 - 4.2.10 Encerramento e o arquivamento do inquérito, 61

5 Ação penal, 65

- 5.1 Conceito de ação penal, 65
- 5.2 Condições da ação penal (ou condições de procedibilidade), 66
 - 5.2.1 Legitimidade *ad causam*, 66
 - 5.2.2 Interesse de agir, 67
 - 5.2.3 Possibilidade jurídica do pedido, 68
- 5.2-A Pressupostos processuais, 68
- 5.3 Classificação da ação penal com base na tutela jurisdicional, 68
- 5.4 Classificação subjetiva da ação penal, 68
- 5.5 Ação penal pública incondicionada, 69
 - 5.5.1 Princípios da ação penal pública, 69
- 5.6 Início da ação penal pública, 71
- 5.7 Ação penal pública condicionada, 73

- 5.7.1 Legitimidade para representação, 74
- 5.7.2 Requisição do Ministro da Justiça, 75
- 5.7.3 Ação penal pública subsidiária da pública, 76
- 5.7.4 Ação penal popular, 76
- 5.7.5 Ação penal secundária, 76
- 5.7.6 Ação penal adesiva, 77
- 5.8 Ação penal privada, 77
 - 5.8.1 Princípios, 77
 - 5.8.2 Legitimidade *ad causam* e *ad processum*, 78
 - 5.8.3 Prazo para o exercício da ação penal privada, 79
- 5.9 Forma de identificação da ação penal, 80
- 5.10 Ação civil, 80

6 Jurisdição e competência, 83

- 6.1 Jurisdição, 83
 - 6.1.1 Elementos da jurisdição, 84
 - 6.1.2 Conteúdo da jurisdição, 84
 - 6.1.3 Princípios sobre a jurisdição (*iurisdictio*), 85
 - 6.1.4 Classificações, 87
- 6.2 Competência, 88
 - 6.2.A Competência material e competência funcional, 88
 - 6.2.B Prorrogação, delegação e desaforamento, 89
 - 6.2.C Definição da competência, 89
 - 6.2.D Juízo comum, especial e subsidiário, 90
 - 6.2.E Competência absoluta e relativa, 90
 - 6.2.1 Competência em razão do lugar da infração, 90
 - 6.2.2 Competência baseada no domicílio do réu (art. 72, *caput*, do CPP), 92
 - 6.2.3 Competência pela qualidade do delito (art. 74), 92
 - 6.2.4 Competência por distribuição, 95
 - 6.2.5 Competência por prevenção (art. 83 do CPP), 95
 - 6.2.6 Competência em razão da prerrogativa de função, 96
 - 6.2.7 Conexão e continência, 97

7 Questões e processos incidentes, 112

- 7.1 Questões prejudiciais, 112
 - 7.1.1 Classificação, 113
- 7.2 Exceções, 114
 - 7.2.1 Hipóteses de exceção, 115
- 7.3 Restituição de coisas apreendidas, 117
- 7.4 Medidas assecuratórias, 118
 - 7.4.1 Sequestro, 119
 - 7.4.2 Especialização da hipoteca legal e arresto, 120

7.5 Incidente de falsidade, 122

7.6 Incidente de insanidade mental do acusado, 122

8 Prova, 125

8.1 Teoria geral da prova. Conceito, 125

8.2 Objetivo (escopo) da prova, 125

8.3 Objeto, 126

8.3.1 Fatos que independem de prova, 126

8.3.2 Fatos que dependem de prova, 127

8.3.3 Prova do direito (a lei), 128

8.3.4 Prova proibida, 128

8.3.5 Inviolabilidade do advogado, 138

8.4 Classificação da prova quanto ao objeto, 139

8.4.1 Direta ou histórica, 139

8.4.2 Indireta ou crítica, 139

8.5 Classificação da prova quanto ao seu efeito ou valor, 139

8.5.1 Prova plena, 139

8.5.2 Prova não plena, 140

8.6 Classificação da prova quanto ao sujeito ou causa, 140

8.6.1 Prova real (coisa), 140

8.6.2 Prova pessoal, 140

8.7 Classificação da prova quanto à forma ou aparência, 140

8.7.1 Prova pessoal, 140

8.7.2 Prova documental, 140

8.7.3 Prova material, 140

8.8 Meios de prova, 141

8.8.1 Restrições aos meios de provas (arts. 155 e 158 do CPP) e produção de provas ilícitas ou ilegítimas, 141

8.9 Ônus da prova (art. 156 do CPP), 142

8.9.1 Conceito, 142

8.9.2 Encargo do ônus da prova (*onus probandi* – incumbe a quem fizer – CPP, art. 156, 1ª parte), 143

8.10 Procedimento probatório, 144

8.11 Prova emprestada, 144

8.12 Álibi: (significa “em outra parte”, “em outro local”), 144

8.13 Sistemas de apreciação, 145

8.13.1 Sistema ordálio, 145

8.13.2 Sistema da certeza moral do juiz (ou da íntima convicção), 145

8.13.3 Sistema da certeza moral do legislador (ou sistema da prova legal), 145

8.13.4 Sistema da livre convicção (ou do livre convencimento), 146

8.14 Princípios gerais das provas, 146

8.14.1 Princípio da autorresponsabilidade, 146

8.14.2 Princípio da prova contraditória, 146

- 8.14.3 Princípio da aquisição ou comunhão da prova, 147
- 8.14.4 Princípio da oralidade, 147
- 8.14.5 Princípio da concentração, 147
- 8.14.6 Princípio da publicidade (arts. 5º, LX, e 93, IX, da CF), 147
- 8.14.7 Princípio do livre convencimento motivado, 148
- 8.14.8 Princípio da busca da verdade real, 148
- 8.15 Das provas em geral (arts. 158 ss do CPP), 148
 - 8.15.1 Das perícias em geral e do exame de corpo de delito (arts. 158 a 184 do CPP), 148
 - 8.15.2 Do interrogatório do acusado (arts. 185 a 196 do CPP), 155
 - 8.15.3 Confissão (arts. 197 a 200 do CPP), 158
 - 8.15.4 Reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228 do CPP), 160
 - 8.15.5 Das perguntas ao ofendido (art. 201 do CPP), 162
 - 8.15.6 Da prova testemunhal, 163
 - 8.15.7 Da acareação (arts. 229 e 230 do CPP), 170
 - 8.15.8 Dos documentos (arts. 231 a 238 do CPP), 171
 - 8.15.9 Dos indícios (art. 239 do CPP), 173
 - 8.15.10 Busca e apreensão (arts. 240 a 250 do CPP), 174

9 Sujeitos da relação processual penal, 177

- 9.1 Processo e procedimento, 177
- 9.2 Sujeitos principais e secundários, 178
- 9.3 Juiz, 179
- 9.4 Partes no processo penal, 183
- 9.5 Ministério Público, 185
- 9.6 O acusado, 187
- 9.7 Defensor, 189
- 9.8 O ofendido e sua atuação no processo penal: querelante, assistente e objeto da prova, 191

10 Medidas cautelares pessoais (incluindo prisão e liberdade provisória), 193

- 10.1 Processo cautelar, 193
 - 10.1-A Medidas cautelares pessoais substitutivas da prisão cautelar, 194
 - 10.1.1 Conceito de prisão, 204
 - 10.1.2 Espécies, 205
 - 10.1.3 Prisão em flagrante, 209
 - 10.1.4 Prisão preventiva, 215
 - 10.1.5 Prisão temporária, 218
 - 10.1.6 Prisão por decisão de pronúncia, 219
 - 10.1.7 Prisão por força de sentença condenatória recorrível, 220
- 10.2 Liberdade provisória com ou sem fiança, 221
 - 10.2.1 Crimes com a fiança dispensada, 222
 - 10.2.2 Crimes com arbitramento de fiança, 222
 - 10.2.3 Crimes inafiançáveis, 223

11 Atos processuais – citações e intimações, 225

- 11.1 Atos processuais – noções, 225
- 11.2 Citação (arts. 351 a 369 do CPP), 232
 - 11.2.1 Conceito, 232
 - 11.2.2 Modalidades, 233
- 11.3 Intimações, 238
 - 11.3.1 Intimação pessoal, 239
- 11.4 Revelia, 241
 - 11.4.1 Revelia no plenário do júri (art. 457 do CPP), 241
- 11.5 Outros aspectos dos atos processuais, 242

12 Procedimentos, 246

- 12.1 Introdução, 246
- 12.2 Procedimento ordinário, 251
 - 12.2.1 Anotações ao procedimento em geral, 252
- 12.3 Procedimento sumário (arts. 531 a 538 do CPP), 262
 - 12.3.1 Procedimento sumaríssimo (art. 394, § 1º, III, do CPP), 263
- 12.4 Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal, 266
 - 12.4.1 Procedimento do júri, 266
 - 12.4.2 Procedimento dos crimes falimentares, 287
 - 12.4.3 Procedimento dos crimes de responsabilidade de funcionários públicos (arts. 513 a 518, do CPP), 288
 - 12.4.4 Crimes contra a honra (arts. 519 a 523 do CPP), 291
 - 12.4.5 Propriedade imaterial (arts. 524 a 530-I do CPP), 293
- 12.5 Procedimentos previstos na legislação especial, 294
 - 12.5.1 Tóxicos, 295
- 12.6 Procedimento de restauração de autos extraviados ou destruídos (arts. 541 a 548 do CPP), 296
- 12.7 Processo de competência dos tribunais, 296

13 Sentença, 300

- 13.1 Teoria geral da sentença, 300
 - 13.1.1 Classificação dos atos judiciais, 300
 - 13.1.2 Requisitos formais da sentença, 303
 - 13.1.3 Sentença absolutória, 303
 - 13.1.4 Sentença condenatória, 307
 - 13.1.5 Correlação entre a denúncia e a condenação (princípio da correlação), 310
 - 13.1.6 Pedido de absolvição do MP, 317
 - 13.1.7 Sentença terminativa de mérito, 317
 - 13.1.8 Sentença concessiva do perdão judicial, 317
 - 13.1.9 Ausência de condição objetiva de punibilidade e escusas absolutórias, 318
 - 13.1.10 Absolvição sumária do art. 397 do CPP, 318
 - 13.1.11 Reparação *ex delicto*, 319

13.1.12 Publicação da sentença, 321

13.2 Coisa julgada, 325

14 Recursos, 328

14.1 Teoria geral dos recursos, 328

14.2 Recurso em sentido estrito (Resc), 338

14.3 Apelação, 344

14.4 Protesto por novo júri (revogado pela Lei nº 11.689/2008), 349

14.5 Embargos infringentes e de nulidade (art. 609, parágrafo único, do CPP) e embargos declaratórios, 350

14.6 Carta testemunhável (arts. 639 a 646 do CPP), 351

14.7 Correição parcial, 351

14.8 Recurso especial, 352

14.9 Recurso extraordinário, 354

14.10 Recurso ordinário constitucional (ROC), 356

14.10-A Agravo regimental, 357

14.10-B Reclamação, 357

14.11 Ações de impugnação, 358

14.11.1 Revisão criminal, 358

14.11.2 *Habeas corpus*, 361

14.11.3 Mandado de segurança criminal, 368

15 Nulidades, 373

15.1 Introdução, 373

15.2 Nulidade e relação processual, 374

15.2.1 Pressupostos de existência da relação jurídica, 374

15.2.2 Pressupostos de validade da relação jurídica, 375

15.2.3 Condições da ação ou condições de procedibilidade, 375

15.2.4 Atos processuais, 376

15.3 Conceito de nulidade, 376

15.3.1 Natureza jurídica, 377

15.4 Sistema de nulidades, 377

15.5 Classificação dos atos processuais, 379

15.5.1 Ato inexistente, 379

15.5.2 Ato nulo, 380

15.5.3 Ato anulável, 382

15.5.4 Ato irregular, 382

15.5.5 Classificação segundo a jurisprudência (prática), 383

15.5.6 Hipótese, 383

15.6 Inadmissibilidade da *revisio pro societate*, 383

15.7 Momento de arguição e preclusão, 383

15.8 O princípio *pas de nullité sans grief*, 384

- 15.8.1 Aplicação do princípio na hipótese de inversão da ordem de realização das provas, 384
- 15.9 Nulidades em espécie (art. 564 do CPP), 385
 - 15.9.1 A incompetência, a suspeição ou suborno do juiz (art. 564, I, do CPP), 386
 - 15.9.2 A ilegitimidade de parte (art. 564, II, do CPP), 387
 - 15.9.3 Falta de fórmulas ou dos termos (art. 564, III, do CPP), 388
- 15.10 Nulidade relativa: hipóteses e momento de arguição, 397
- 15.11 Saneamento e efeitos, 399
- 16 Processo de execução, 401**
 - 16.1 Escopo da execução penal, 401
 - 16.2 Requisitos para a execução da pena, 401
 - 16.3 Natureza do processo de execução, 403
 - 16.4 Princípios do processo de execução penal, 403
 - 16.4.1 Princípio da legalidade, 403
 - 16.4.2 Princípio do contraditório e da ampla defesa, 404
 - 16.4.3 Princípio da individualização da pena, 404
 - 16.4.4 Princípio da isonomia, 404
 - 16.4.5 Princípio da personalização da pena, 405
 - 16.4.6 Princípio reeducativo, 405
 - 16.4.7 Princípio da publicidade, 405
 - 16.5 Competência da execução penal, 405
 - 16.6 Direitos garantidos na execução da pena, 406
 - 16.7 Suspensão dos direitos políticos, 406
 - 16.8 Cumprimento da pena privativa de liberdade, 406
 - 16.9 Guia de recolhimento, 407
 - 16.10 Regime de pena e progressão, 407
 - 16.10.1 Prisão albergue domiciliar, 414
 - 16.10.2 Regressão de regime, 415
 - 16.10.3 Regime disciplinar diferenciado, 416
 - 16.10.4 Autorização de saída, 416
 - 16.10.5 Remição, 417
 - 16.10.6 Detração, 419
 - 16.10.7 Penas restritivas de direito, 420
 - 16.10.8 Multa, 421
 - 16.10.9 Medidas de segurança, 422
 - 16.10.10 Incidentes da execução, 423
 - 16.10.11 Agravo em execução, 424
 - 16.10.12 Assistência jurídica pela Defensoria, 425

Bibliografia, 427